



EDITAL Nº 109/2017 DA CHAMADA PÚBLICA N.º 12/2017

CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO EMPRESAS INTERESSADAS EM FIRMAR CONTRATO COM O MUNICÍPIO DE BIRIGUI PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLÍNICAS, PARA OS PACIENTES ATENDIDOS PELOS MÉDICOS ESPECIALISTAS DO CIMSA (CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE), CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS DA SECRETARIA DE SAÚDE, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, CENTRO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO E DIAGNÓSTICO – CEMADI, VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, AMBULATÓRIO DE SAÚDE MENTAL, AMBULATÓRIO DE SAÚDE DA MULHER, SERVIÇO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO – SAE DST/AIDS, ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE, EXCETO PRONTO SOCORRO MUNICIPAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PRORROGÁVEIS POR IGUAIS E SUCESSIVOS PERÍODOS.

PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE BIRIGUI**, no uso de suas prerrogativas legais e, considerando o que dispõe a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas atualizações e demais dispositivos legais e regulamentares aplicáveis à espécie, comunica, através da Secretaria Municipal de Saúde, aos interessados que está procedendo à **CHAMADA PÚBLICA N.º 12/2017** destinada ao **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS INTERESSADAS EM FIRMAR CONTRATO COM O MUNICÍPIO DE BIRIGUI PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLÍNICAS, PARA OS PACIENTES ATENDIDOS PELOS MÉDICOS ESPECIALISTAS DO CIMSA (CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE), CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS DA SECRETARIA DE SAÚDE, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, CENTRO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO E DIAGNÓSTICO – CEMADI, VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, AMBULATÓRIO DE SAÚDE MENTAL, AMBULATÓRIO DE SAÚDE DA MULHER, SERVIÇO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO – SAE DST/AIDS, ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE, EXCETO PRONTO SOCORRO MUNICIPAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PRORROGÁVEIS POR IGUAIS E SUCESSIVOS PERÍODOS**, nos termos deste Edital e Anexos, e de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações, com início a partir da data de publicação deste edital **e permanecendo aberto o ingresso de novos credenciados durante o período contratual**, observadas as normas e condições do presente Edital e as disposições gerais de licitação contidas na Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, observando ainda, as leis, decretos, regulamentos, resoluções, portarias, normas federais, estaduais e municipais. Este procedimento autorizado por meio do **Edital n.º 109/2017, Chamamento Público n.º 12/2017**.

1. DO OBJETO:

1.1. O objeto da presente Chamada Pública consiste no **CREDENCIAMENTO EMPRESAS INTERESSADAS EM FIRMAR CONTRATO COM O MUNICÍPIO DE BIRIGUI PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLÍNICAS, PARA OS PACIENTES ATENDIDOS**



PELOS MÉDICOS ESPECIALISTAS DO CIMSA (CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE), CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS DA SECRETARIA DE SAÚDE, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, CENTRO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO E DIAGNÓSTICO – CEMADI, VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, AMBULATÓRIO DE SAÚDE MENTAL, AMBULATÓRIO DE SAÚDE DA MULHER, SERVIÇO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO – SAE DST/AIDS, ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE, EXCETO PRONTO SOCORRO MUNICIPAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PRORROGÁVEIS POR IGUAIS E SUCESSIVOS PERÍODOS.

2. DOS ANEXOS:

2.1. São partes integrantes do presente Edital os seguintes Anexos:

- 2.1.1. **ANEXO I** – Termo de Referência, com todas as especificações dos serviços.
- 2.1.2. **ANEXO II** – Lista de Exames do SUS – Sistema Único de Saúde.
- 2.1.3. **ANEXO III** – Pedido de Credenciamento
- 2.1.4. **ANEXO IV** – Declaração de inexistência de fato superveniente.
- 2.1.5. **ANEXO V** – Declaração Conjunta.
- 2.1.6. **ANEXO VI** – Termo de Ciência e Notificação
- 2.1.7. **ANEXO VII** – Cadastro do Responsável.
- 2.1.8. **ANEXO VIII** – Lista de Exames Que Realizam a Preço SUS.
- 2.1.9. **ANEXO IX** – Minuta do Contrato.

3. DOS PRAZOS DO CREDENCIAMENTO E CONTRATO:

3.1. As propostas de credenciamento serão recebidas a partir da publicação do extrato deste edital, na Secretaria de Saúde de Birigui localizada na Praça Largo Gumercindo de Paiva Castro, s/n, Centro, BIRIGUI – SP, no horário de expediente compreendido entre as 07:30 horas até 11:30 e 13:00 as 17:00 horas.

3.2. O prazo de vigência dos contratos oriundos do credenciamento será de 12 (doze) meses, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do que dispõe a Lei Federal nº 8.666/93.

3.3. A Administração Municipal, por intermédio da Comissão Especial – Portaria nº 113/2017, publicará a relação das instituições cadastradas e convocará os credenciados habilitados, para assinatura do CONTRATO, conforme minuta anexa ao presente Edital.

4. DAS CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO:

4.1. Poderão participar do presente credenciamento todas as empresas do ramo de execução de exames laboratoriais, legalmente constituídas, habilitadas, com idoneidade econômico-financeira, regularidade jurídico fiscal, que não tenham sofrido penalidade de suspensão ou declaração de idoneidade por parte do Poder Público, que satisfaçam as condições fixadas neste edital e seus



anexos, e que aceitem as normas estabelecidas pelo Município.

4.2. As empresas interessadas poderão protocolar inscrição para o Credenciamento, a partir da publicação do extrato deste Edital de Credenciamento.

4.3. Não poderão participar deste Credenciamento:

4.3.1. Estrangeiras que não funcionem no País.

4.3.2. Reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

4.3.3. Que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar e impedimento de contratar com a Administração nos termos do inciso III do artigo 87 da Lei Federal n.º 8.666/93, e suas alterações posteriores.

4.3.4. Impedidas de licitar e contratar nos termos do art. 7º da Lei Federal n.º 10.520/02.

4.3.5. Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas.

4.3.6. Enquadradas nas proibições do artigo 9º da Lei Federal n.º 8.666/93.

4.4. As condições 3.1.3. a 3.1.5. serão interpretadas conforme a súmula nº 51, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

5. DA PROPOSTA DE CREDENCIAMENTO:

5.1. A proposta para o Credenciamento compreende a entrega do pedido de credenciamento, conforme modelo constante do Anexo III, e da documentação relacionada no item 6 deste edital.

5.2. O pedido de credenciamento e os respectivos documentos serão protocolados no endereço, período e horário referidos no item 3.1. acima, apresentados em **ENVELOPE LACRADO**, contendo as seguintes inscrições no seu anverso:

CHAMADA PÚBLICA Nº XX/2017
CREDENCIAMENTO E DOCUMENTAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI
EMPRESA: _____
CNPJ: _____

6. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA:

6.1. Para fins de credenciamento as interessadas deverão enviar representante junto a **Secretaria de Saúde de Birigui localizada na Praça Largo Gumercindo de Paiva Castro, s/n, Centro, BIRIGUI – SP**, e conforme instruções abaixo onde serão exigidos os seguintes documentos devidamente atualizados:

6.1.1. **Instrumento Público de Procuração**, que conceda ao representante poderes legais, ou

6.1.2. **Instrumento particular de Procuração**, com assinatura reconhecida em cartório, que



conceda ao representante poderes legais, cuja comprovação far-se-á através da apresentação do Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, ou

6.1.3. **Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social**, se nele estiverem previstos os poderes do representante legal.

6.2. No Instrumento de Procuração (Público Particular) deverão constar, expressamente, os poderes para praticar todos os atos inerentes ao presente chamamento.

6.3. Os documentos relativos à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

6.3.1. Cédula de Identidade (em se tratando de Firma Individual).

6.3.2. Registro Comercial, no caso de empresa individual.

6.3.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores – (última ata de eleição).

6.3.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

6.3.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.3.6. Declaração de Inexistência de Fato Superveniente, consoante Anexo IV;

6.3.7. Declaração Conjunta, constante do Anexo V, firmada pelo representante legal da empresa, sob as penas da lei, de que a licitante não possui em seu quadro de colaboradores, empregados que se enquadrem nas situações previstas no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal.

6.4. Os documentos relativos à regularidade fiscal, consistirá em:

6.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica relativa ao domicílio ou sede do proponente, pertinente e compatível com o objeto desta Chamada Pública.

6.4.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da Chamada Pública.

6.4.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei. A prova de regularidade deverá ser atendida pela apresentação dos seguintes documentos:

6.4.3.1. Certidão de regularidade para com a Fazenda Federal (certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União) juntamente com a regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por lei, junto à Previdência Social, expedidas em conjunto pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional em conformidade com a Portaria MF 358/2014, sendo aceito documento extraído via INTERNET.

6.4.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com a prestação do serviço.

6.4.3.3. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa aos tributos municipais relacionados com a prestação licitada, com apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa.

6.4.4. Caso o Proponente tenha sede em outro Município e esteja cadastrada também como contribuinte no município de Birigui- SP, deverá apresentar a prova de regularidade mencionada no



item 6.4.3.3 também para com o município de Birigui – SP.

6.4.5. Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ou documento equivalente que comprove a regularidade.

6.4.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, nos moldes da Lei Federal n.º 12.440/2011, podendo ser apresentada Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos da CNDT, conforme disposto no §2º, do artigo 1º do mesmo diploma legal.

6.5. Os documentos relativos à qualificação econômico-financeira consistirá em:

6.5.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede (matriz ou filial) da proponente, com prazo de expedição inferior a 90 (noventa) dias da data de abertura dos envelopes desta chamada.

6.5.2. Encontrando-se a empresa em fase de recuperação judicial, para fins de participação deverá apresentar Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, nos termos da súmula nº 50 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

6.6. Os documentos relativos à qualificação técnica consistirá em:

6.6.1. Comprovante de Cadastramento e Situação Cadastral do estabelecimento junto ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES do Ministério da Saúde, nos moldes da legislação vigente.

6.6.2. Alvará Sanitário emitido pela Vigilância Sanitária, nos moldes da legislação vigente.

6.6.3. Alvará de localização e funcionamento regular emitido pela Secretaria de Finanças, nos moldes da legislação vigente.

6.6.4. Comprovação do vínculo contratual do responsável técnico, responsável pelos procedimentos de diagnóstico em laboratório clínico, que deverá ser feita nos moldes da Súmula nº 25 do Tribunal de Conta do Estado de São Paulo.

6.6.4.1. Se tratar-se de profissional empregado da empresa deverá ser apresentada cópia autenticada do registro em Carteira de Trabalho ou da ficha de registro de empregados autenticada pela DRT – Delegacia Regional de Trabalho.

6.6.4.2. Se tratar-se de profissional Sócio, Diretor ou Proprietário, deverá ser apresentada cópia autenticada do Contrato Social e suas modificações em vigor ou da última ata de eleição da diretoria, devidamente registrada no órgão competente.

6.6.4.3. Se tratar-se de profissional autônomo que presta serviços à proponente mediante contrato de prestação de serviços, deverá ser apresentada cópia autenticada do contrato em vigor.

6.6.5. O profissional responsável técnico deverá comprovar registro no conselho regional pertinente de sua categoria.

6.7. Da lista de exames que realizam a preço SUS

6.7.1. Deverá ser apresentada nos moldes do Anexo VIII a lista de todos os exames que as empresas concordam em realizar pelo preço praticado pela Tabela de Procedimentos do SUS.

6.8. As declarações, cujos modelos se encontram nos Anexos deste Edital deverão ser firmadas pelo representante legal da empresa/entidade interessada e juntada aos documentos acima referidos.



6.9. No caso de entidades filantrópicas, deverá ser juntada ainda a Certidão de Entidade Beneficente de Assistência Social atualizada e emitida pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

6.10. Todos os documentos necessários à Habilitação deverão estar dentro do prazo de vigência de validade e serem apresentados no ORIGINAL ou por qualquer processo de CÓPIA AUTENTICADA por Cartório competente e serão retidos para juntada aos autos do presente processo administrativo.

6.11. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das Propostas.

6.12. Os documentos mencionados acima deverão referir-se exclusivamente ao estabelecimento da proponente (matriz ou filial), ressalvada a hipótese de centralização de recolhimento de tributos e contribuições pela matriz, que deverá ser comprovada por documento próprio, e estarem vigentes à época da apresentação do envelope contendo a documentação.

7. DO PROCEDIMENTO DE CREDENCIAMENTO:

7.1. Os pedidos de Credenciamento serão recebidos pela Comissão de Seleção, que verificará se a documentação atende as condições exigidas neste Edital e solicitará saneamento, caso necessário.

7.2. Estarão credenciadas a realizar os serviços, as empresas que apresentarem corretamente as documentações exigidas, concordando com as normas propostas pelo Município. A empresa será então convocada para assinar o contrato.

7.3. Das atribuições e deveres da Comissão de Seleção:

7.3.1. Receber e organizar a documentação encaminhada pelos interessados, efetuar a sua análise e promover as diligências que entender serem necessárias;

7.3.2. Dirigir aos interessados as comunicações, notificações e solicitações;

7.3.3. Receber e instruir os recursos administrativos, podendo rever as decisões tomadas ou encaminhá-los para apreciação da Prefeitura Municipal;

7.4. Do processamento e julgamento dos pedidos de credenciamento:

7.4.1. O credenciamento será processado e julgado pela Comissão de Seleção que, à vista das disposições deste Edital, deferirá ou indeferirá o pedido;

7.4.2. A comissão poderá, se necessário, promover diligências destinadas ao esclarecimento de dúvidas ou confirmação de informações prestadas;

7.4.3. A decisão quanto ao deferimento ou indeferimento do pedido será comunicada a instituição financeira interessada;

7.4.4. As decisões da Comissão que negarem o credenciamento serão sempre fundamentadas e delas caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da publicação ou da comunicação da



decisão.

8. DA ALTERAÇÃO, SUSPENSÃO E DESCREDENCIAMENTO:

8.1. Durante a vigência do cadastramento, o credenciado deverá cumprir contínua e integralmente o disposto neste edital e Anexos nos termos contratuais que celebrar com a Secretaria Municipal de Saúde de Birigui.

8.2. A qualquer tempo poderá ser alterado, suspenso ou cancelado o registro do inscrito que deixar de satisfazer as exigências do art. 27 da Lei 8666/93, garantido o contraditório e ampla defesa.

8.3. O credenciado poderá solicitar o seu descadastramento, nos termos definidos no Anexo I – Termo de Referência.

9. DO RECURSO:

9.1. A empresa interessada poderá interpor recurso das decisões da Comissão que negar o pedido de credenciamento no prazo referido no subitem 7.4.4 deste Edital.

9.2. O recurso, devidamente assinado pelo representante legal da interessada ou por procurador regularmente constituído, deverá ser dirigido à Prefeitura Municipal, e interposto perante a Comissão de Seleção, devendo ser protocolado no endereço constante do subitem 3.1 deste Edital.

9.3. Recebido o recurso, a Comissão de Seleção poderá reconsiderar sua decisão, ou encaminhá-lo à instância superior, que, após regular instrução, proferirá sua decisão.

9.4. Não serão reconhecidos os recursos interpostos intempestivamente ou que não atenderem aos requisitos indicados neste Edital.

9.5. Da decisão proferida pela instância superior não caberá novo recurso administrativo.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.1. A dotação orçamentária para as despesas decorrentes desta licitação será das fichas: 463 (fonte 1) e 464 (fonte 5).

10.2. Em observância do COMUNICADO SDG nº 028/2017/TCESP, esclarece-se que a origem do recurso orçamentário indicado na cláusula anterior é municipal (ficha 463) e federal (464).

11. DO VALOR DE DESEMBOLSO:

11.1. Define-se o valor limite para dispêndio da contratação a quantia de até R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) mensais, independente da quantidade de empresas credenciadas, que



dividirão o valor de acordo com a realização dos exames, nos termos definidos no Anexo I – Termo de Referência.

12. DOS VALORES DOS EXAMES:

12.1. Os valores a serem pagos pela Prefeitura Municipal de Birigui seguirá de acordo com a Tabela de Preços praticados pelo SUS – Sistema Único de Saúde, passando esta a ser a referência para execução do objeto deste edital, especialmente no que se refere aos códigos, nomenclaturas e especificações de valores.

13. DO REAJUSTE:

13.1. Por ser o valor contratual vinculado à Tabela de Preços do SUS – Sistema Único de Saúde, todo e qualquer reajustamento somente se dará no caso do Ministério da Saúde vier a alterar os valores de sua Tabela, passando a vigor o valor novo determinado pelo SUS, medida que implica em aceitação tanto da Credenciada como da Municipalidade.

13.2. Eventual alteração promovida pelo Ministério da Saúde não implicará em aumento ou redução do valor estabelecido pela Prefeitura para desembolso mensal.

14. DAS RENOVAÇÕES:

14.1. O contrato firmado terá vigência original de 12 (doze) meses, podendo ser renovado sempre por mais 12 (doze) meses desde que haja interesse e conveniência do Município, até o limite total de 60 (sessenta) meses entre prazo original e renovações.

14.2. Uma vez credenciada, a empresa deverá cumprir com as obrigações assumidas pelo período do contrato, sendo-lhe facultada a não renovação caso assim queira, mediante solicitação de descredenciamento protocolada junto à Comissão dos Gestores do Contrato, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao vencimento do prazo contratual (ou sua renovação).

14.3. Renovado o prazo do contrato à empresa Credenciada restará obrigada a cumprir todas as condições da avença até a próxima renovação, quando então, se assim o desejar, poderá solicitar seu descredenciamento na forma e no prazo acima descrito.

14.4. Em toda renovação a Credenciada deverá apresentar obrigatoriamente certidão de regularidade perante a Seguridade Social e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, sob pena de não ser procedida a renovação.

15. DA FORMA DE PAGAMENTO:

15.1. O pagamento será mensalmente no prazo de até 15 (quinze) dias úteis após a prestação dos serviços solicitados, mediante apresentação de relatório de todos os exames executados no mês



anterior e conferidos pela Secretaria de Saúde, da respectiva apresentação da Nota Fiscal Eletrônica, documentos fiscais e de cobrança, certidão de regularidade perante Seguridade Social e FGTS, nos quais deverão constar: descrição do objeto, número do respectivo empenho de acordo com cada Ordem de Serviço(OS), além dos dados bancários, tudo sem quaisquer rasuras ou emendas.

15.2. As regras eleitas para realização dos pagamentos seguem descritas no Anexo I – Termo de Referência.

16. DO CONTROLE DE EXAMES REALIZADOS:

16.1. O controle da quantidade de exames realizados a fim de não ultrapassar o teto definido mensalmente pela Prefeitura será feito pelo Departamento de Enfermagem da Secretaria de Saúde de Birigui, mediante às **informações repassadas pela(s) empresa(s) credenciadas diariamente**, e de acordo com o estabelecido no Anexo I – Termo de Referência.

16.2. O período de referência para controle do teto financeiro será do primeiro dia do mês até o último dia do mês.

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

17.1. O objeto da presente licitação será recebido:

17.1.1. Provisoriamente para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificação;

17.1.2. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações do Edital, verificação da qualidade e quantidade e conseqüente aceitação.

17.2. Será rejeitado no recebimento, o serviço realizado com especificações, definições, resultados, e outros identificadores diferentes das requisitadas e informadas na PROPOSTA, devendo a sua substituição ocorrer na forma e prazos definidos abaixo.

17.2.1. Constatadas irregularidades no objeto, a Contratante poderá:

17.2.1.1. se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando nova realização do exame ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

17.2.1.2. na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com o objeto do Edital e da proposta, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contado da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

17.2.1.3. se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;



17.2.1.4. na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com o objeto do Edital e da Proposta, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contado da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

17.3. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento provisório, uma vez verificado o atendimento integral da qualidade e/ou quantidade e das especificações contratadas.

18. DAS SANÇÕES:

18.1. As eventuais sanções por descumprimento de qualquer obrigação contratual deverá observar ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93, e Decreto Municipal nº 5.385 de 02 de março 2015.

18.2. Sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1.993, o credenciado habilitado ficará sujeito as seguintes penalidades:

18.2.1. Mera Advertência, por escrito;

18.2.2. Advertência por escrito com informação sobre a possibilidade da sanção de descredenciamento;

18.2.3. Descredenciamento.

18.3. Das sanções acima poderão vir cumulados, quando for o caso, ressarcimento aos usuários, acompanhantes e/ou Município de eventuais prejuízos que possa ocorrer por seu ato doloso ou culposos.

18.4. São exemplos e motivos para aplicação das sanções acima, entre outras:

18.4.1. não cumprimento das obrigações assumidas por seu credenciamento:

18.4.2. quando forem constatadas irregularidades de menor gravidade e sanáveis sem prejuízo para a Administração Municipal, para as quais tenha concorrido diretamente;

18.4.3. descumprimento de alguma cláusula deste Edital com prejuízo para a Administração Municipal;

18.4.4. detecção pela Municipalidade de resultados errôneos ou com divergência que demonstre uma disparidade gritante e aviltante com os padrões normais;

18.4.5. reiteradas reclamações de usuários contra o atendimento efetuado pela Credenciada, quanto aos aspectos de agilidade, respeito, cordialidade, orientação, atenção, e demais exigidos para execução dos serviços.

18.4.6. não atendimento do prazo de entrega dos resultados nos termos estabelecidos pelo Município;

18.4.7. cobrança de valores ou exigências fora dos padrões estabelecidos para execução dos serviços.

18.5. As sanções deverão ser sopesadas e aplicadas de forma compatível com o ato danoso, e sempre que possível ser de forma graduada da mais branda à mais onerosa à Credenciada.



19. DAS RESPONSABILIDADES, ATRIBUIÇÕES E DIREITOS DA PREFEITURA

19.1. Constitui responsabilidade e direito da PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI intervir, nas hipóteses previstas em lei, quando necessário, a fim de assegurar a regularidade e o fiel cumprimento do Edital e seus anexos e das normas legais pertinentes.

19.2. Compete à PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI conferir os serviços através da fiscalização pela sua qualidade e quantidade.

19.3. Os serviços fora das especificações e condições estabelecidas serão recusados, sendo exigida a sua reparação.

19.4. Efetuar os pagamentos na data e forma pactuadas, em conformidade com as disposições editalícias.

19.5. Comunicar a credenciada toda e qualquer ocorrência relacionada com o material, mão-de-obra, equipamentos e acessórios utilizados na execução dos serviços, diligenciando nos casos que exigirem providências corretivas.

20. DAS RESPONSABILIDADES, ATRIBUIÇÕES E DIREITOS DA(S) CREDENCIADA(S):

20.1. As credenciadas somente deverão realizar os exames se as guias contiverem carimbo do mês em vigência, carimbo do Diretor do Departamento Médico e Enfermagem, carimbo da Unidade Solicitante, carimbo e assinatura médica, carimbo da Prefeitura com CNPJ, carimbo e assinatura do Técnico de Enfermagem, e isenta de rasuras.

20.2. Prestar os serviços objeto da presente Chamada Pública conforme especificações do edital e seus anexos, em especial ao Anexo I – Termo de Referência, e de acordo com o estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde e em consonância com a legislação pertinente.

20.3. A mão-de-obra a ser empregada na execução dos serviços será de inteira responsabilidade da proponente, devendo, ainda, ser de primeira qualidade, de modo a se observar acabamentos esmerados e de inteiro acordo com as especificações técnicas do edital.

20.4. A proponente deverá fornecer a pedido da fiscalização, a qualquer momento, todas as informações relativas à execução dos serviços, sem que tal atitude implique em responsabilidade da fiscalização sobre a ação da mesma.

20.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de Habilitação e qualificação exigidas na Chamada Pública, além daquelas pertinentes a legislação trabalhista, exibindo periodicamente, a critério da Secretaria Municipal de Saúde, os comprovantes dos recolhimentos dos impostos e encargos decorrentes.

20.6. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI.



20.7. Arcar com eventuais prejuízos causados à PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.

20.8. Arcar com todas as despesas necessárias para a prestação dos serviços, tais como: produtos, insumos, materiais, mão-de-obra, pagamento de seguros, impostos, taxas e demais obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista e previdenciária.

20.9. Estar ciente das condições do credenciamento, assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados e fornecer quaisquer informações complementares solicitadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

20.10. A proponente não poderá cobrar do usuário, ou seu acompanhante, qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados nos termos deste contrato, **salvo àqueles que não se encontram descritos na Tabela de Preços praticados pelo SUS – Sistema Único de Saúde**, os quais poderão ser taxados pela proponente, mediante prévia informação e autorização do usuário.

20.11. Não se enquadra nos serviços relativos a este credenciamento o serviço de coleta domiciliar de amostras, o qual poderá ser taxado pela proponente diante das despesas de locomoção, transporte, armazenamento, etc., e **desde que informado ao usuário previamente o valor da despesa gerada**, excetuando no valor desta taxa a despesa com o exame, que estando dentro do rol da Tabela SUS será arcada pelo Município.

20.12. A proponente responsabilizar-se-á por cobrança indevida, feita ao usuário ou seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução deste contrato.

20.13. A proponente deverá manter controle bem elaborado da quantidade de exames já realizados no período a fim de evitar risco de ultrapassar o teto financeiro definido.

20.14. Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercidos pela PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI sobre a execução do objeto deste contrato, a PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI e a proponente reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do Sistema Único de Saúde, decorrente da Lei nº 8080/90 (Lei Orgânica da Saúde) ficando certo que a alteração decorrente de tais competências normativas será objeto de termo aditivo específico, ou de notificações dirigida à proponente.

20.15. É de responsabilidade exclusiva e integral da proponente a utilização de pessoal para execução do objeto deste contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI ou para o Ministério da Saúde, e ainda, a prestação dos serviços ora contratados não implica vínculo empregatício, nem exclusividade de colaboração entre PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI e a proponente.

20.16. A proponente fica exonerada da responsabilidade pelo não atendimento de usuário amparado pelo Sistema Único de Saúde, na hipótese de atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento



devido pelo Poder Público, ressalvado as situações de calamidade pública ou grave ameaça de ordem interna ou as situações de urgência ou emergência.

20.17. Para o cumprimento do objeto deste contrato a proponente se obriga a oferecer ao usuário todo o recurso necessário ao seu atendimento.

20.18. A proponente deverá fornecer todos os equipamentos necessários para a realização das consultas, coletas, exames e procedimentos objeto deste contrato.

20.19. A proponente deverá notificar a PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI de eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança de sua Diretoria, contrato ou estatuto, enviando à PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI no prazo de 60 (sessenta) dias, contatos a partir da data de registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial ou do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

20.20. A proponente fica obrigada a manter atualizado o CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, principalmente em relação aos equipamentos existentes ou adquiridos disponíveis para atendimento do Sistema Único de Saúde e os profissionais de nível superior.

20.21. A proponente é responsável pela indenização de dano causado ao usuário, município de Birigui e a terceiros a eles vinculados, decorrente de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado o direito de regresso.

20.22. A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos à prestação dos serviços, nos estritos termos do artigo 14 da Lei nº 8078, de 11/09/90 (Código de Defesa do Consumidor).

20.23. Para os serviços de análise realizados no próprio laboratório a proponente deverá disponibilizar o resultado dentro de um prazo máximo de até 03 (três) dias úteis da data da coleta, salvo motivo plenamente justificado e aceito pela municipalidade que faça demandar prazo maior.

20.24. Para os serviços de análise que necessitam envio externos aos laboratórios de apoio de outras localidades, o prazo para disponibilização do resultado deverá ser de no máximo 10 (dez) dias úteis contados da data da coleta, salvo motivo plenamente justificado e aceito pela municipalidade que faça demandar prazo maior.

20.25. A proponente deverá disponibilizar ao usuário o resultado por meios eletrônicos (internet), porém, devendo obrigatoriamente orientá-los da opção de se obter pela forma impressa, fornecendo a todos que assim o requerer.

20.26. Os resultados dos exames também deverão estar disponíveis por meios eletrônicos (internet) à todas as unidades de Saúde do Município, por meio de uma senha única, a fim de facilitar o controle da municipalidade e dos responsáveis da saúde, visando agilidade em atendimentos que demandam checagem do histórico do paciente, bem como evitar que exames sejam realizados em duplicidade por duas ou mais credenciadas a pedido do paciente.



20.27. A disponibilização de uma senha única deverá habilitar todos órgãos de saúde a visualizar todos resultados, ficando a cargo de todas unidades de saúde a responsabilidade pela privacidade dos dados, isentando as credenciadas de qualquer ônus acerca da liberação das informações.

21. DA FISCALIZAÇÃO:

21.1. Em atenção ao art. 67, da Lei Federal nº 8666/93, ficam definidos como gestores os servidores nomeados pela Secretaria Municipal de Saúde, lotados na Secretaria de Saúde, ou outros que venham a substituí-los para fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual.

22. DO FORO:

22.1. As partes elegem o foro da Comarca de Birigui-SP, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas deste Edital da **CHAMADA PÚBLICA N.º 12/2017**.

Birigui, 19 de dezembro de 2017.

GILMAR TRECCO CAVACA
- SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE -

CRISTIANO SALMEIRÃO
- PREFEITO MUNICIPAL -